

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE
PETRÓLEO S.A.

Relatório de revisão de informações
intermediárias

Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2021

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados intermediários individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes intermediários individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediários individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediários individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da
Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”)
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual e consolidado da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A., em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher - exclusão de ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em abril de 2019 a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018, no entanto, pelo fato do processo em trânsito em julgado naquela oportunidade não apresentar de forma explícita a metodologia de cálculo para realizar a mensuração confiável do montante recuperável de créditos relativos ao período do trânsito em julgado (embora admitido pela Administração da Companhia em conjunto com seu Assessor Jurídico como sendo o ICMS destacado em nota fiscal), e também, por estar aguardando na época o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca de determinados assuntos como o pedido de modulação e apreciação de Embargos de Declaração apresentados pela Fazenda Nacional ao acórdão do RE nº 574.706 (inclusive julgado em maio de 2021 e confirmando a metodologia de cálculo como sendo o ICMS destacado em nota fiscal), a Administração não reconheceu contabilmente e a época em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os referidos créditos tributários e seus demais efeitos, inclusive tributários. Adicionalmente, na medida em que a Companhia incorreu nos débitos correntes de Imposto sobre as Rendas das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por ocasião das suas operações ordinárias, a Administração realizou compensações dos referidos débitos de IRPJ e CSLL com os virtuais (não reconhecidos contabilmente) créditos fiscais obtidos da referida decisão judicial transitada sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS pelos valores originais dos créditos e somente relacionados aos créditos com etanol, e, esse procedimento foi realizado somente em obrigações acessórias e utilizado o expediente fiscal de suspensão dos débitos, atualmente essas suspensões totalizam o montante de R\$ 30.810 mil até o semestre findo em 30 de junho de 2021. Consequentemente, pelo não reconhecimento tempestivo do ganho tributário e seus respectivos efeitos, e também, pela compensação dos referidos tributos correntes com créditos virtuais ainda não reconhecidos e por meio de suspensão dos referidos débitos de IRPJ e CSLL, portanto, em desacordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com a NBC TG 23(R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e legislação tributária, não nos foi possível, nas circunstâncias, estabelecer procedimentos de auditoria para concluir os possíveis efeitos desses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 30 de junho de 2021.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para conclusão com ressalva nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias individuais e consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, assim como, a realização e liquidação das referidas operações são condicionadas às disponibilidades de fluxos de caixa entre as partes relacionadas. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.



Tributos diferidos - realização

Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa Nº 12, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, onde a Companhia, possui registrado na rubrica "Tributos Diferidos", no ativo não circulante, o montante de R\$ 28.001 mil em 30 de junho de 2021, cuja realização depende de lucros tributáveis futuros. Nessas circunstâncias, a Administração da Companhia nos apresentou o estudo de viabilidade que demonstra a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros, com base em premissas estimadas na sua melhor expectativa, contudo, a utilização dos referidos tributos depende da concretização e efetivação dos planos de negócio estabelecidos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Campinas, 13 de agosto de 2021



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 031522/F

Ronaldo Silva dos Santos
Contador CRC 1SP 228.140/O-4

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020			30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.547	10.975	10.677	11.070	Empréstimos e financiamentos	14	124.135	88.037	124.135	88.037
Contas a Receber	5	114.909	83.028	81.084	49.558	Fornecedores	15	51.112	53.105	51.133	53.185
Estoques	6	89.189	70.358	89.266	70.386	Salários, férias e encargos a pagar		3.298	2.664	3.311	2.675
Impostos a recuperar	7	15.294	17.010	15.364	17.172	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	21.063	15.435	21.241	15.696
Adiantamentos a fornecedores	8	28.138	14.366	28.138	14.366	Adiantamentos de clientes		5.758	12.461	5.758	12.470
Outros Créditos	9	4.256	3.793	4.263	3.793	Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	17	32.100	31.510	-	-
		262.333	199.530	228.792	166.345	Dividendos a pagar	19	13.036	13.036	13.036	13.036
						Outras contas a pagar		494	875	494	875
								250.996	217.123	219.108	185.974
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	5	27.782	27.782	27.782	27.782	Empréstimos e financiamentos	14	5.328	1.352	5.328	1.352
Impostos a recuperar	7	43.024	30.962	43.024	30.962	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	117.790	133.599	118.061	133.923
Partes Relacionadas	10	9.204	19.640	9.220	19.655	Provisão para demandas judiciais	18	4.442	4.785	4.649	4.992
Depósitos Judiciais	18	11.142	11.840	11.494	12.191			127.560	139.736	128.038	140.267
Tributos diferidos	12	28.001	32.329	28.001	32.329						
Outros créditos	9	3.579	2.830	3.579	2.830	Patrimônio líquido	19				
Imobilizado	13	75.299	75.427	77.114	77.647	Capital social		5.739	5.739	5.739	5.739
Intangível		1.884	2.515	1.671	2.338	Reserva de Lucros		40.257	40.257	40.257	40.257
		199.915	203.325	201.885	205.734	Lucro líquido do período		37.696	-	37.696	-
								83.692	45.996	83.692	45.996
						Participação de acionistas não controladores		-	-	(161)	(158)
								83.692	45.996	83.531	45.838
Total do ativo		462.248	402.855	430.677	372.079	Total do passivo e patrimônio líquido		462.248	402.855	430.677	372.079

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
 Dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional líquida	20	2.538.622	1.704.506	2.539.004	1.702.462
Custo dos produtos vendidos	21	(2.471.422)	(1.658.317)	(2.471.667)	(1.655.699)
Lucro bruto		67.200	46.189	67.337	46.763
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(2.414)	(1.284)	(2.414)	(1.284)
Despesas administrativas e gerais	21	(18.586)	(30.797)	(19.226)	(31.544)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(590)	(211)	-	-
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	22	11.583	152	11.506	123
		(10.007)	(32.140)	(10.134)	(32.705)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		57.193	14.049	57.203	14.058
Receitas financeiras	23	1.040	2.455	1.040	2.458
Despesas financeiras	23	(8.366)	(13.253)	(8.371)	(13.261)
Variações monetárias	23	(882)	(1.929)	(887)	(1.931)
		(8.208)	(12.727)	(8.218)	(12.734)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		48.985	1.322	48.985	1.324
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	12	(6.961)	(1.484)	(6.961)	(1.486)
Diferido	12	(4.328)	-	(4.328)	-
Lucro / (prejuízo) líquido do período		37.696	(162)	37.696	(162)
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas não controladores		-	-	3	(3)
Acionistas controladores		37.696	(162)	37.693	(159)
Lucro / (prejuízo) líquido do período		37.696	(162)	37.696	(162)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
 Dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucro / (Prejuízo) líquido do período	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio Líquido
	Capital Social	Reservas de lucros	Reserva Legal				
Saldos em 1º de janeiro de 2020	137.324	1	-	-	137.325	(155)	137.170
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(162)	(162)	3	(159)
Saldos em 30 de junho de 2020	137.324	1	-	(162)	137.163	(152)	137.011
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.739	39.109	1.148	-	45.996	(158)	45.838
Lucro líquido do período	-	-	-	37.696	37.696	(3)	37.693
Saldos em 30 de junho de 2021	5.739	39.109	1.148	37.696	83.692	(161)	83.531

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro / (Prejuízo), líquido do período	37.696	(162)	37.696	(162)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
	<u>37.696</u>	<u>(162)</u>	<u>37.696</u>	<u>(162)</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-	37.699	(159)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(3)	(3)
Resultado abrangente do exercício	<u>37.696</u>	<u>(162)</u>	<u>37.696</u>	<u>(162)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	37.696	(162)	37.696	(162)
Receitas/(despesas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	3.318	3.561	3.796	4.013
Constituição de provisão para perdas com investimentos	590	213	-	-
(Reversão)/Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(26)	-	(26)	-
Constituição de provisão para demandas judiciais	(344)	(81)	(344)	(81)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.328	-	4.328	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos a realizar	(1.508)	(85)	(1.508)	(85)
Participação de não controladores	-	-	(3)	3
Variações em ativos e passivos				
Contas a receber	(31.853)	25.214	(31.499)	25.005
Estoques	(18.831)	(6.913)	(18.880)	(6.891)
Impostos a recuperar	(10.346)	(3.690)	(10.254)	(3.690)
Adiantamento para fornecedores	(13.772)	77	(13.772)	77
Partes relacionadas	10.435	15.805	10.435	15.805
Depósitos judiciais	697	(85)	697	(99)
Outros créditos	(1.212)	(1.340)	(1.219)	(1.340)
Fornecedores	(1.992)	9.229	(2.052)	8.952
Salários, férias e encargos a pagar	633	81	636	30
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	(10.180)	(4.587)	(10.318)	(4.361)
Adiantamento de clientes	(6.705)	480	(6.713)	499
Outras obrigações	(380)	(25)	(379)	(28)
Caixa líquido (usado)/gerado das atividades operacionais	(39.452)	37.692	(39.379)	37.647
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(6.482)	(1.400)	(6.520)	(1.400)
Aquisição (Baixas) de intangível	(24)	(95)	(24)	(95)
Baixa do imobilizado	3.948	187	3.948	187
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(2.558)	(1.308)	(2.596)	(1.308)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(129.270)	(343.414)	(129.270)	(343.414)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.024)	(4.439)	(1.024)	(4.439)
Captação de empréstimos e financiamentos	171.876	309.558	171.876	309.558
Caixa líquido gerado/(usado) nas atividades de financiamentos	41.582	(38.295)	41.582	(38.295)
(Diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(428)	(1.911)	(393)	(1.956)
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	10.975	21.181	11.070	21.223
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.547	19.270	10.677	19.267
(Diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(428)	(1.911)	(393)	(1.956)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”), tem como objeto social a distribuição de derivados de petróleo para postos de combustíveis e grandes consumidores finais de todo o Brasil, oferecendo produtos regulamentados assegurados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. A capacidade atual de armazenamento é de aproximadamente 44 milhões de litros de combustível, distribuídos em 23 bases localizadas em diversos estados do Brasil, das quais 4 são próprias (duas primárias, em Paulínia/SP e Betim/MG, e duas secundárias em Cuiabá/MT e Campo Grande/MS), e 19 filiais divididas entre bases de distribuição nacional de terceiros, que são utilizadas para distribuição dos produtos da Companhia e escritórios comerciais, localizados em Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Bauru/SP, São José dos Campos/SP, Guarulhos/SP, Guarulhos T-Liq/SP, Itajaí/SC, Senador Canedo/GO, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Araucária/PR, São Francisco do Conde/BA, Jequié/BA, Esteio/RS, Sinop/MT, Rondonópolis/MT, Feira de Santana/BA, São Gonçalo do Sapucaí/MG, Ipojuca/PE, Itabuna/BA.

A Administração da Companhia, buscando a continuidade e o crescimento exponencial de suas operações e de seus negócios, montou um plano de redução de despesas, otimização dos custos e crescimento do volume de vendas, através da implantação de uma estratégia de vendas que inclui a entrada em novos mercados, regionalização de clientes, equipes de vendas externas, aplicação de tecnologia da informação, planejamento tributário e melhoria de processos comerciais.

1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações contábeis da Companhia

A Companhia e sua controlada vem monitorando o progresso do COVID-19 (Coronavírus) e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela Administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado com o Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia e sua controlada tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nos centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança / proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

Desde o início do surto do COVID-19 o corporativo e os centros de distribuição permaneceram abertos. A Companhia e sua controlada tem importante compromisso com a sociedade de manter a atividade de distribuição dos derivados de petróleo para todos os clientes, mitigando a possibilidade da falta do produto aos consumidores finais. Não houve problemas na distribuição dos produtos em todo território de atuação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

Nesse sentido, a Companhia e sua controlada efetuou uma análise completa nas demonstrações contábeis, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional. Os principais temas avaliados foram:

- A Companhia e sua controlada revisitaram seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos em 30 de junho de 2021, e não identificou decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e foram aprovadas pela Alta Administração para os próximos anos, considerando as premissas atualizadas para 30 de junho de 2021. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos;
- Quanto aos estoques não prevemos necessidade de ajuste para realização;
- Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas informações anuais. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos; e
- A Companhia e sua controlada não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento.

Adicionalmente, dentre as medidas adotadas pela Companhia e sua controlada com o objetivo de minimizar os impactos ao negócio, podemos destacar:

- Implementação de um robusto programa de controle de custos e despesas, que inclui, entre outras ações, a redução de despesas;
- Adoção da redução da jornada de trabalho e salários, de abril a julho de 2020, conforme previsto na MP de assessoria do Governo - MP - 936 de 1º de abril de 2020. A situação dos contratos de trabalho foi normalizada em 01 de agosto de 2020; e
- A postergação do pagamento da obrigação tributária durante o exercício fiscal de 2020 também foi normalizada.

Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações contábeis e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia e sua controlada que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações contábeis. A Companhia e sua controlada continuarão monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuarem operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID- 19 (vide Nota Explicativa nº1.1). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade da Companhia e sua controlada continuarem operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 13 de agosto de 2021.

2. Apresentação e Divulgação - Demonstração Intermediária - CPC 21 (R1)

As notas explicativas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - R1 (Demonstração Intermediária) e IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Para a elaboração das notas explicativas, a Companhia e sua controlada adotaram a mesma política contábil apresentada nas demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações contábeis anuais mais recentes, de 31 de dezembro de 2020. Entretanto é recomendada a leitura destas demonstrações intermediárias em conjunto com as demonstrações contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2020.

As Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2020 tiveram sua emissão autorizada pela Administração em 5 de maio de 2021.

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que não estão sendo apresentadas:

- (a) Nota 2 - Resumo das principais práticas contábeis (semelhante à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2020); e
- (b) Nota 25 - Seguros (semelhante à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2020).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fizeram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear durante a vida útil estimada dos bens. Mudanças no nível esperado de uso e desenvolvimentos tecnológicos podem causar impacto sobre a vida útil econômica e sobre os valores residuais desses ativos, portanto, valores de depreciação futuros podem ser revistos.

A Companhia e sua controlada possuem licenças de software e fundo de comércio como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e a provisão são registradas para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

- (iii) Análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis

A administração da Companhia e sua controlada com o apoio de empresa especializada em avaliação de ativos realizou a análise do valor justo de mercado de seus principais ativos em 31 de dezembro de 2020 e como resultado dessa avaliação não foi verificada necessidade de provisão de perda por impairment em função da análise de valor justo de mercado ser superior ao saldo contábil.

- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados tomando-se por base o critério de diferenças temporais tributáveis, em razão do diferimento de IR e CSLL sobre avaliação dos ativos, de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro e IAS 12 - Income Taxes.

4. Gestão de risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e sua controlada buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro das Entidades.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia e sua controlada não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia e sua controlada são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia e sua controlada decorrem de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e sua controlada ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e sua controlada ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e sua controlada está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Controladora			
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	88.037	1.352	-
Fornecedores	53.105	-	-
Outras contas a pagar	875	-	-
Em 30 de junho de 2021			
Empréstimos e financiamentos	124.135	5.328	-
Fornecedores	51.112	-	-
Outras contas a pagar	494	-	-
Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	88.037	1.352	-
Fornecedores	53.185	-	-
Outras contas a pagar	871	-	-
Em 30 de junho de 2021			
Empréstimos e financiamentos	124.135	5.328	-
Fornecedores	51.133	-	-
Outras contas a pagar	494	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos (Nota 14)	129.463	89.389	129.463	89.389
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(10.547)	(10.975)	(10.677)	(11.070)
Dívida líquida	118.916	78.414	118.786	78.319
Total do patrimônio líquido	83.692	45.996	83.692	59.036
Total do capital	202.608	124.410	202.478	137.355
Índice de alavancagem financeira - %	59%	63%	59%	57%

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa Equivalencia de caixa (Nota 4)	10.547	10.975	10.677	11.070
Empréstimo ao Custo amortizado				
Contas a receber (Nota 5)	114.909	83.028	81.084	49.558
Partes relacionadas (Nota 10)	9.204	19.640	9.220	19.655
Passivo				
Mensurados ao Custo amortizado				
Empréstimo e financiamentos (Nota 14)	129.463	89.389	129.463	89.389
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores (Nota 15)	51.112	53.105	51.133	53.185

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis):

Controladora			
31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.500	-	-
Aplicação Financeiras	-	6.475	
Contas a Receber	83.028	-	-
30/06/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	9.091	-	-
Aplicação Financeiras	-	1.456	
Contas a Receber	114.909	-	-
Consolidado			
31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.595	-	-
Aplicação Financeiras	-	6.475	
Contas a Receber	49.558	-	-
30/06/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	9.220	-	-
Aplicação Financeiras	-	1.457	
Contas a Receber	81.084	-	-

A Companhia e sua controlada não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes durante os períodos de 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- Caixa e equivalentes de caixa - a Companhia e sua controlada mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

- Contas a receber - referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia e sua controlada possuem procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

b. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e sua controlada para instrumentos financeiros similares.

As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na controladora é apresentada a seguir:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalência de caixa	10.547	10.547	10.975	10.975
Contas a receber e outros créditos	150.526	150.526	117.433	117.433
Partes relacionadas	9.204	9.204	19.640	19.640
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	129.463	129.463	89.389	89.389

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa, banco conta movimento	9.091	4.500	9.220	4.595
Aplicações Financeiras	1.457	6.475	1.457	6.475
	<u>10.547</u>	<u>10.975</u>	<u>10.677</u>	<u>11.070</u>

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de depósitos a prazo e de taxa de juros fixas vinculadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%; e fundo de investimento refere-se a cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
No país (i)	102.189	73.216	68.364	39.747
Partes relacionadas (Nota 10)	40.580	37.646	40.580	37.646
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(78)	(52)	(78)	(52)
	<u>142.691</u>	<u>110.810</u>	<u>108.866</u>	<u>77.340</u>
Circulante	114.909	83.028	81.084	49.558
Não circulante	27.782	27.782	27.782	27.782
	<u>142.691</u>	<u>110.810</u>	<u>108.866</u>	<u>77.340</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, houve a assinatura do instrumento de comum acordo "confissão de dívida" com a usina Destilaria de Alcool Libra Ltda., onde houve o reconhecimento a receber o montante de R\$ 28 milhões, referente às operações de permutas "faturamento de diesel em troca de etanol" e adiantamentos em recursos a favor da usina, com expectativas de recebimento em etanol. O prazo estabelecido no instrumento para o recebimento desse montante é de 4 anos, com parcelas iniciais desde janeiro de 2020.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo a vencer	69.627	35.135	70.210	35.438
Vencidas				
De 1 à 30 dias	4.978	7.824	5.045	7.824
De 31 à 90 dias	3.812	1.471	3.830	1.540
Acima de 90 dias	64.352	66.432	29.859	32.591
	<u>142.769</u>	<u>110.862</u>	<u>108.944</u>	<u>77.393</u>

As contas a receber referem-se basicamente a faturamento de venda de combustíveis e transportes com combustíveis, cujo vencimento médio é de cinco dias.

A política vigente na Companhia e sua controlada aprovada pela administração é de constituir perda esperada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias. A movimentação da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	(52)	(2.777)	(52)	(52)
Reversões de provisões	52	2.777	52	52
Constituição de provisões	(78)	(52)	(78)	(52)
Em 31 de dezembro	<u>(78)</u>	<u>(52)</u>	<u>(78)</u>	<u>(52)</u>

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Gasolina	17.961	27.256	17.961	27.256
Biodiesel	-	-	68	19
Etanol anidro	6.411	3.579	6.411	3.579
Etanol hidratado	1.340	1.904	1.340	1.904
Oléo Diesel	56.121	29.214	56.121	29.214
Aditivos e outros	398	479	407	488
Estoque em Poder de Terceiro	6.958	7.926	6.958	7.926
	<u>89.189</u>	<u>70.358</u>	<u>89.266</u>	<u>70.386</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
ICMS a recuperar (a)	49.234	35.710	49.252	35.821
PIS e COFINS a recuperar	9.083	6.185	9.085	6.186
IR e CS a recuperar	1	6.077	51	6.127
	<u>58.318</u>	<u>47.972</u>	<u>58.388</u>	<u>48.134</u>
Circulante	15.294	17.010	15.364	17.172
Não circulante	43.024	30.962	43.024	30.962
	<u>58.318</u>	<u>47.972</u>	<u>58.388</u>	<u>48.134</u>

- (a) O ICMS a recuperar apresentado no não circulante é oriundo das operações de aquisições de Etanol Hidratado, que no Estado de Goiás são adquiridos à alíquota de 25% e em alguns momentos foi utilizado em operação interestadual (venda/transferência) à alíquota de 12%, basicamente para os Estados de Minas Gerais e Bahia. Esse saldo credor está homologado em conta gráfica pelo Fisco Goiano e está disponível para utilização pela filial nas saídas de Etanol Hidratado, sendo seu saldo devedor mensal abatido do saldo credor em conta gráfica.

Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na base cálculo do Programa Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

Em abril de 2019 a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018, no entanto, pelo fato do processo em trânsito em julgado naquela oportunidade não apresentar de forma explícita a metodologia de cálculo para realizar a mensuração confiável do montante recuperável de créditos relativos ao período do trânsito em julgado, e também, por estar aguardando na época o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca de determinados assuntos como o pedido de modulação e apreciação de Embargos de Declaração apresentados pela Fazenda Nacional ao acórdão do RE nº 574.706 (inclusive julgado em maio de 2021 e confirmando a metodologia de cálculo como sendo o ICMS destacado em nota fiscal), não foram reconhecidos os referidos créditos tributários e seus demais efeitos, inclusive tributários. Por outro, a Administração da Companhia, na medida em que a Companhia incorreu nos débitos correntes de Imposto sobre as Rendas das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por ocasião das suas operações ordinárias, a Administração realizou compensações dos referidos débitos de IRPJ e CSLL com os virtuais (não reconhecidos contabilmente) créditos fiscais obtidos da referida decisão judicial transitada sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS pelos valores originais dos créditos e somente relacionados aos créditos com etanol, e, esse procedimento foi realizado somente em obrigações acessórias e utilizado o expediente fiscal de suspensão dos débitos, atualmente essas suspensões totalizam o montante de R\$ 30.810 mil até o semestre findo em 30 de junho de 2021, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tributos Compesados	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	Total
PIS - apuração mensal	-	-	1.467	1.467
COFINS - apuração mensal	-	-	6.891	6.891
IRPJ - apuração trimestral	5.115	4.142	7.242	16.499
CSLL - apuração trimestral	1.846	1.496	2.611	5.953
Total	<u>6.961</u>	<u>5.638</u>	<u>18.211</u>	<u>30.810</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

Como informação adicional, para apuração dos referidos créditos foram utilizados dois métodos, o primeiro pelo período em que o cálculo era efetuado por alíquotas, e o segundo, quando o cálculo é efetuado por coeficiente por metro cúbico, além disso, a Administração da Companhia em conjunto com seus assessores tributários reitera que tomaram a decisão com base em fundamentos jurídicos, para o reconhecimento de créditos das contribuições PIS e COFINS somente sobre as operações de Etanol.

8. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a adiantamentos efetuados a fornecedores de etanol, Petrobrás S.A. e importadoras "Trading", para fornecimento futuro de combustíveis. A Companhia efetua os adiantamentos a fim de garantir, principalmente, os produtos das safras de cana das usinas, os quais estão suportados por contratos e/ou renegociações para entrega de etanol. Segue abaixo a composição desses adiantamentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos para:				
Fornecedores de etanol	10.481	6.611	10.481	6.611
Fornecedores de derivados do petróleo	18.849	9.363	18.849	9.363
Fornecedores para distribuidoras	-	20	-	20
Outros	802	366	802	366
Provisão para perdas com adiantamentos	(1.994)	(1.994)	(1.994)	(1.994)
	<u>28.138</u>	<u>14.366</u>	<u>28.138</u>	<u>14.366</u>

A provisão para perdas com adiantamentos, refere-se substancialmente aos adiantamentos realizados para as usinas de etanol. De acordo com a análise individualizada de cada adiantamento, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As movimentações na provisão para perdas com adiantamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	(1.994)	(440)	(1.994)	(440)
Provisões constituídas	-	(1.585)	-	(1.585)
Reversão de Provisão	-	31	-	31
Em 31 de dezembro	<u>(1.994)</u>	<u>(1.994)</u>	<u>(1.994)</u>	<u>(1.994)</u>

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Despesas Antecipadas Seguros (i)	2.433	2.455	2.441	2.455
Consórcios (ii)	3.351	2.516	3.351	2.516
Outros	2.051	1.652	2.050	1.652
	<u>7.835</u>	<u>6.623</u>	<u>7.842</u>	<u>6.623</u>
Circulante	4.256	3.793	4.263	3.793
Não circulante	3.579	2.830	3.579	2.830
	<u>7.835</u>	<u>6.623</u>	<u>7.842</u>	<u>6.623</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

- (i) Em 2020, a Companhia realizou contratações de seguros garantias, para assegurar os processos judiciais em discussões e em processos de parcelamento junto Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 16;
- (ii) Em 2020, a Companhia vendeu parte da frota dos caminhões consorciados, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 13.

10. Partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
<u>Ativos</u>				
Contas a receber (Nota 5)				
Petroviário Transportes Ltda.	34.621	33.966	34.621	33.966
Cassaro & Nogueira Ltda	1.171	298	1.171	298
Posto Ibirussu Ltda	315	(113)	315	(113)
Magnun Auto Posto Ltda	687	242	687	242
Agropecuaria Rio da Areia	23	55	23	55
Postos Amayama Ltda	3.763	3.198	3.763	3.198
	<u>40.580</u>	<u>37.646</u>	<u>40.580</u>	<u>37.646</u>
<u>Empréstimos</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda. (a)	(4.202)	1.678	(4.186)	1.693
Édio Nogueira (b)	-	-	-	-
E N Administração e Participações Ltda. (c)	(6.414)	(2.534)	(6.414)	(2.534)
Petroviário Transportes Ltda.	-	-	-	-
Rede Futuro Administração e Participações Ltda.	(230)	(2.230)	(230)	(2.230)
Royal Fic Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	(648)	(654)	(648)	(654)
ENX Administração e Participações S/A	-	2.000	-	2.000
Royal Fic Energia e Renováveis Participações Ltda.	20.698	21.381	20.698	21.381
	<u>9.204</u>	<u>19.640</u>	<u>9.220</u>	<u>19.655</u>
<u>Passivos</u>				
Fornecedores (Nota 15)				
Petroviários Transportes Ltda. (d)	405	-	405	-
	<u>405</u>	<u>-</u>	<u>405</u>	<u>-</u>

Refere-se à operação de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas, quando do interesse comum da Administração e da parte relacionada.

- (a) Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidada quando do interesse comum da Administração. Em 2020, a administração da Companhia propôs a redução de capital no montante de R\$ 100.469, mediante utilização do saldo de empréstimos a partes relacionadas, detalhamento Nota Explicativa nº 19;
- (b) Referem-se a operações de empréstimos para diretor/acionista da Companhia sobre os quais não incidência de juros, e sem prazo de amortização definido. Em 2020, a administração da Companhia propôs a redução de capital no montante de R\$ 1.115, mediante utilização do saldo de empréstimos a partes relacionadas, detalhamento Nota Explicativa nº 19;
- (c) Operação de mútuo com acionistas sobre os quais o passivo é remunerado a taxa de 15,4% a.a. tanto o saldo ativo, quanto o saldo mantido junto a E.N. Administração e Participações Ltda., não possuem prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas quando do interesse comum da Administração e Acionista. Em 2020, a administração da Companhia propôs a redução de capital no montante de R\$ 30.000, mediante utilização do saldo de empréstimos a partes relacionadas, detalhamento Nota Explicativa nº 19; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

- (d) Os saldos e transações com a Petroviário Transportes Ltda. são decorrentes de transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transporte (frete) desta controlada à Companhia decorrentes de venda de combustível a terceiros.

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente a Administração não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações.

O saldo registrado no passivo se refere a transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transportes, decorrente das vendas de combustível a terceiros.

11. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 30 de junho de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os gerentes sênior e o presidente da Companhia e sua controlada, totalizou R\$ 731 (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2020), e incluem honorários (Diretoria) e pró-labore (Presidente).

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia e sua controlada referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento do tributo diferido é realizado quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensá-lo, com base nas projeções de resultados elaborados pela Administração.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os tributos diferidos foram calculados a partir das seguintes bases:

	Taxa	30/06/2021		31/12/2020	
		Base	R\$	Base	R\$
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34	78	26	(52)	(18)
Provisão para perdas com adiantamentos de fornecedores	34	2.234	759	1.994	678
Provisão para perdas com precatórios	34	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	34	4.442	1.510	4.785	1.627
Outros	34	251	85	871	296
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34	75.351	25.619	95.085	32.329
		<u>82.355</u>	<u>28.001</u>	<u>102.683</u>	<u>34.912</u>

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Movimentação				
Em 1º de janeiro	32.329	49.618	32.329	49.618
Constituição (realização)		-	-	-
Reversão	(4.328)	(17.289)	(4.328)	(17.289)
Em 30 de junho	<u>28.001</u>	<u>32.329</u>	<u>28.001</u>	<u>32.329</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Composição

	Controladora				Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			30/06/2021	31/12/2020			30/06/2021	31/12/2020
Terrenos (ii)	13.819	-	13.819	12.902	13.819	-	13.819	13.819
Móveis e utensílios	1.616	- 979	637	- 3.701	1.616	- 979	637	691
Máquinas e equipamentos	6.003	- 5.371	632	- 14.337	6.190	- 5.508	682	644
Edifícios, benfeitorias e tanques	54.637	- 21.532	33.105	51.248	54.935	- 21.532	33.403	34.595
Equipamentos de informática	4.024	- 3.512	513	3.273	4.024	- 3.512	513	739
Equipamentos de telefonia	830	- 763	67	- 13.813	830	- 763	67	79
Veículos (iii)	8.965	- 7.807	1.159	19.327	14.530	- 11.905	2.626	7.920
Outros bens móveis	1.882	- 1.409	473	1.882	1.882	- 1.409	473	516
Imobilizado em andamento (i)	24.894	-	24.894	18.644	24.894	-	24.894	18.644
	<u>116.671</u>	<u>(41.372)</u>	<u>75.299</u>	<u>75.427</u>	<u>122.722</u>	<u>(45.608)</u>	<u>77.114</u>	<u>77.647</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	Controladora				31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	30/06/2021
	31/12/2019	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos (ii)	15.619	-	(1.800)	-	13.819	-	-	-	13.818
Móveis e utensílios	1.537	8	(4)	67	1.608	7	-	-	1.615
Máquinas e equipamentos	5.571	174	(13)	168	5.900	110	(7)	-	6.003
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	40.943	-	(7.325)	20.914	54.532	65	-	39	54.636
Ferramentas	1.146	-	-	-	1.146	-	-	-	1.146
Equipamentos de informática	2.838	4	-	45	2.887	-	-	-	2.887
Equipamentos de telefonia	995	-	-	-	995	-	-	-	995
Veículos (iii)	24.901	-	(4.246)	-	20.655	-	(11.728)	-	8.927
Outros bens móveis	2.317	-	-	-	2.318	6.300	-	-	8.618
Imobilizado em andamento (i)	36.826	2.833	(9)	(21.575)	18.075	-	(11)	(39)	18.025
	132.693	3.019	(13.397)	(381)	121.935	6.482	(11.746)	-	116.670
Depreciação	(43.333)	(6.781)	3.605	-	(46.508)	(2.662)	7.798	-	(41.371)
Valor residual	89.360	(3.762)	(9.792)	(381)	75.427	3.820	(3.948)	-	75.299

	Consolidado				31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	30/06/2021
	31/12/2019	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos (ii)	15.619	-	(1.800)	-	13.819	-	-	-	13.819
Móveis e utensílios	1.239	8	(4)	67	1.311	7	-	-	1.318
Máquinas e equipamentos	5.757	174	(13)	168	6.086	110	(7)	-	6.189
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	37.960	-	(7.496)	21.086	51.549	65	-	39	51.653
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	3.971	4	-	45	4.020	-	-	-	4.020
Equipamentos de telefonia	828	-	-	-	828	-	-	-	828
Veículos (iii)	30.010	458	(4.246)	-	26.221	38	(11.728)	-	14.531
Outros bens móveis	1.885	-	-	-	1.885	-	-	-	1.885
Imobilizado em andamento (i)	40.982	2.833	(9)	(21.575)	22.228	6.300	(11)	(39)	28.478
	138.252	3.477	(13.569)	(209)	127.948	6.520	(11.746)	-	122.719
Depreciação	(46.290)	(7.616)	3.605	-	(50.301)	(3.106)	7.798	-	(45.606)
Valor residual	91.962	(4.138)	(9.964)	(209)	77.647	3.415	(3.948)	-	77.114

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

- (i) Em 2019, realizou investimentos para construção de duas bases novas localizadas nas cidades de Campo Grande-MS e São Gonçalo-MG e automações na plataforma de carregamento e descarregamento da base de Paulínia-SP. Os investimentos totalizaram aproximadamente R\$ 21 milhões. No início de 2020, finalizou a construção da base de Campo Grande-MS, mas por conta do Evento COVID-19, interrompeu temporariamente a obra da base de São Gonçalo-MG. Em abril de 2021, houve o retorno da obra em São Gonçalo-MG totalizando o investimento no montante de R\$ 5.771 em 30 de junho de 2021;
- (ii) Em 2020, após término da construção da base de Campo Grande-MS, a Administração da Companhia aceitou a proposta de venda de 50% da base constituindo um ganho de capital no montante de R\$ 6.940 milhões;
- (iii) A administração com base em estudo de mercado, decidiu vender em 2020 parte da frota própria dos veículos pesados. Do total de 54 veículos, foram vendidos 33 veículos entre cavalos e carretas tanques, sendo que 21 veículos foram vendidos a valor contábil líquido, sem ganho de capital, para a Companhia controlada Petroviário Transportes e o restante de 12 veículos foram vendidos para terceiros. No mesmo sentido, decidiu vender 8 veículos da frota leve, que são os veículos utilizados pelos gerentes regionais de vendas e gerentes operacionais. Dessa forma substituiu a frota por contratação de veículos na modalidade de locação. Portanto, apurou-se o ganho de capital no montante de R\$ 2.023 milhões. Em 2021, finalizou a venda da frota gerando ganho de capital no montante de R\$ 6.182.

Taxas de depreciação e vidas úteis

Por não haver mudança significativa nas vidas úteis apuradas a Administração da Companhia e sua controlada mantiveram as taxas de depreciação do exercício anterior, que são as taxas que refletem a vida útil estimadas dos ativos imobilizados:

	Vida útil em anos	Taxas de depreciação médias anuais
	<u> </u>	<u> </u>
Edificações, benfeitorias e tanques	25	4%
Móveis e utensílios	11	9%
Equipamentos de informática	9	11%
Veículos	7	14%
Aeronaves	10	10%
Outros bens móveis	9	11%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Ferramenta	10	10%
Telefonia	10	10%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

Garantias

As garantias são compostas conforme segue:

- A Companhia ofereceu um imóvel em garantia, objeto das Matrículas nºs 116.160 e 122.918 (Base primária de distribuição de combustíveis localizada em Betim/MG), em hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros, em favor do Estado de Minas Gerais para adesão ao Programa de Parcelamento do auto de infração. Em 30 de junho de 2021, o valor contábil da propriedade era de R\$ 659 (R\$ 732 em 31 de dezembro de 2020);
- Para a Execução Fiscal nº 2009.61.19.001087-7 em trâmite perante a 3ª. Vara Federal de Guarulhos a Companhia deu 29 veículos no montante de R\$ 1.738. Em 2013 a Companhia optou em substituir parte dos veículos ora penhorados por outros autos mais novos com valores igualitários aos substituídos. Portanto, restaram penhorados 4 autos substituindo parte da frota garantindo o mesmo valor totalizando 6 veículos totalizando um saldo de R\$ 1.206. Em 2018, o processo foi incluído no parcelamento do (PERT);
- Em junho de 2019, a Companhia assinou o Termo de Negócio Jurídico Processual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assumindo o compromisso de parcelamentos dos débitos federais oriundos da Companhia ASADIESEL, conforme detalhamento N.E. nº 16. Para firmamento, foi oferecido como garantia as Bases operacionais e seus respectivos terrenos de Betim/MG, Paulínia/SP e Cuiabá/MT. Em 30 de junho de 2021, o valor contábil total das propriedades era de R\$ 8.385 (R\$ 9.317 em 31 de dezembro de 2020).

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	T J nominal	Venc.	Controladora		Consolidado	
			30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Capital de giro	8,28% a 9,96%	2020	45.686	39.724	45.686	39.724
Operações de Confirming			83.701	48.050	83.701	48.050
Duplicatas Descontadas			-	-	-	-
Outros			77	1.615	77	1.615
			<u>129.463</u>	<u>89.389</u>	<u>129.463</u>	<u>89.389</u>
Circulante e não circulante			30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante			124.135	88.037	124.135	88.037
Não circulante			5.328	1.352	5.328	1.352
			<u>129.463</u>	<u>89.389</u>	<u>129.463</u>	<u>89.389</u>

Cláusulas restritivas

Os empréstimos contêm cláusulas contratuais declarando que será exigido o pagamento antecipado da dívida, total ou parcial. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da Companhia.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

- i. Entrar em estado de insolvência civil, liquidação ou falência, impetrar pedido de concordata ou de recuperação judicial, convocar credores para apresentar plano de recuperação extrajudicial ou suspender suas atividades por período superior a 30 dias;
- ii. Figurar como devedor em situação de mora de inadimplemento junto ao banco ou qualquer outra instituição fornecedora de crédito, ou qualquer outro Banco; e
- iii. Mudança no estado econômico-financeiro da Companhia e/ou de qualquer avalista.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores de produtos para revenda	33.489	42.500	33.489	42.500
Fornecedores de serviços de transportes	8.614	4.765	8.614	4.765
Partes Relacionadas (Nota 10)	405	-	405	-
Outros	8.603	5.840	8.624	5.921
	<u>51.112</u>	<u>53.105</u>	<u>51.133</u>	<u>53.186</u>

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Impostos correntes				
ICMS ST a recolher	2.055	2.515	2.055	2.515
ICMS próprio a recolher	4.089	3.465	4.119	3.554
Pis a recolher	-	-	6	11
Cofins a recolher	-	-	30	50
Impostos sobre operações financeiras	221	222	222	222
Imposto de Renda e contribuição social	-	-	-	-
Outros	299	346	299	346
	<u>6.664</u>	<u>6.549</u>	<u>6.730</u>	<u>6.697</u>
Parcelamentos				
Parcelamento - REFIS PERT (i)	37.989	39.361	38.163	39.546
Parcelamento Especial PGFN (ii)	85.302	87.066	85.302	87.066
Parcelamento Especial ICMS - SP (iii)	1.772	1.715	1.889	1.875
Parcelamento Manguinhos - ICMS - MG (iv)	4.810	11.701	4.810	11.701
Parcelamentos Federais (v)	2.316	2.642	2.408	2.734
	<u>132.189</u>	<u>142.485</u>	<u>132.572</u>	<u>142.921</u>
Circulante	21.063	15.435	21.241	15.696
Não circulante	117.790	133.599	118.061	133.923
	<u>138.853</u>	<u>149.034</u>	<u>139.302</u>	<u>149.619</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

Modalidade Original	Cenário Parcelamentos PGFN Royal FIC				
	Migração	31/12/2020	Desconto	Pagamentos	30/06/2021
Pert PGFN Royal Fic		13.462		700	12.762
Parc. Especial	Transação Individual	87.066	-	1.764	85.302
Pert PGFN Asadiesel	Parc. Excepcional Royal Fic	25.898	-	671	25.227
Parcelamento Simplificado		533	-	97	436
Parcelamento Retidos		2.109		230	1.879
Total		129.069	-	3.462	125.606

Fluxo de pagamento consolidado para os próximos anos

Ano	R\$
2021_2º semestre	3.977
2022	14.080
2023	17.610
2024	21.261
2025	24.872
2026	27.665
2027	12.961
2028	1.469
2029	1.469
2030	245
TOTAL	125.606

* Sem atualização de SELIC

(i) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Em 27 de outubro de 2017 a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória n.º 783/17, posteriormente convertida na Lei n.º 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, nessas circunstâncias, foram incluídos todos os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil, bem como, foram incluídos os débitos da Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tal Companhia embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não apresenta-se incorporada na referida autoridade tributária, cujo o montante apresentado é R\$ 191.809.

Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN foram deferidos, enquanto os débitos com a RFB aguardam a análise e deferimento daquela autoridade tributária.

Foram incluídos no PERT os saldos dos tributos vencidos até abril de 2017, onde a Companhia no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu débitos da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira, parcelando a dívida em 145 meses, com entrada de 20% e redução de 80% juros, 50% de multas e 100% encargos/honorários, o saldo remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

Em outubro de 2018, foi consolidado o parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, onde, o saldo devedor no montante de R\$ 55.876, foi enquadrado na modalidade do item I - artigo 2º lei 13.496/17. Nessa modalidade, a antecipação de 20% representado pelo montante de R\$11.175 foi amortizado do total da dívida, onde, o saldo remanescente no de R\$ 44.701, foi liquidado com prejuízo fiscal, conforme previsto no regulamento do parcelamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021
(Em milhares de Reais)

Para a Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu os saldos da desistência dos parcelamentos de períodos anteriores instituído pela Lei nº 11.941/09, e o montante atualizado e consolidado, foi parcelado em 120 vezes, sendo que as parcelas serão progressivas e corrigidas pela taxa SELIC.

Em junho de 2019, a Companhia reparcelou os débitos inscritos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da Companhia incorporada Asadiesel, desmembrando o parcelamento do PERT. Dessa forma, o montante remanescente da dívida no PERT é de R\$ 47.547.

Em novembro de 2020, os débitos até então denominados PERT Asadiesel passa por nova negociação onde foi reconstituído em 84 parcelas, com desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 6.981, com a denominação de Transação Excepcional PGFN. Dessa forma, o montante remanescente da dívida é de R\$ 39.361, sendo, R\$ 13.462 PERT Royal Fic e R\$ 25.898 Transação Excepcional.

- (ii) Em 11 de junho de 2019, através de um termo de negócio jurídico processual em acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), houve o reparcelamento de parte do até então REFIS - PERT mencionado no item (i) desta Nota explicativa, alcançando novo valor de R\$ 151.234 mil, alongando as amortizações até 2029, e através de pagamentos mensais acordados por um valor mínimo fixado ou percentual sobre a receita bruta auferida, caso qual está exceda a receita bruta projetada informada no referido termo, decorrendo em pagamentos complementares.

Como garantia desta operação, foram oferecidos bens em operação da Companhia, a exemplo de edifícios, terrenos e equipamentos das plantas de Paulínia/SP, Betim/MG e Cuiabá/MT, totalizando montante de R\$ 224.476 mil.

Em 16 de julho de 2020, o até então termo de negócio jurídico processual passa por nova negociação junto a Procuradoria Geral (PGFN), vigorando sobre a denominação de Acordo de Transação Individual, onde foi concedido ao contribuinte um desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 60.934 mil com nova constituição em 84 parcelas, e dessa forma o montante remanescente da dívida da Transação Individual PGFN é de R\$ 87.066 mil, que atualmente o montante está em R\$ 85.302 mil.

- (iii) Durante o processo de Recredenciamento - prerrogativa da SEFAZ (SP) - visando regularizar o seguimento de combustível, todas as companhias do segmento, tiveram seus regimes especiais suspensos, o que gerou mudanças no acompanhamento operacional, fiscal e jurídico das relações entre a SEFAZ (SP) e as distribuidoras. Uma destas mudanças foi a ruptura do parcelamento chamado PPI, por haver ações em discussões judiciais com a SEFAZ (SP). As referidas medidas já foram solucionadas e o parcelamento foi refeito em janeiro de 2011. Em 2018 a companhia está com o Credenciamento válido e ativo junto à SEFAZ-SP, tendo em vista que a situação fiscal está regular no estado, incluindo obrigações acessórias e tributárias;
- (iv) ICMS MG - No ano de 2009 e 2010 a Companhia adquiriu produtos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. ("Manguinhos"). A sistemática tributária existente torna a Manguinhos a responsável pelo recolhimento de todos os impostos de cadeia de valor do segmento de combustível aos referidos Estados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

A Manguinhos está em uma discussão com o Estado de Minas Gerais dos valores dos repasses dos créditos tributários daquele Estado, o qual lavrou auto de infração contra a Companhia. Em 2015 a Companhia, como responsável solidária pelos impostos na cadeia, efetuou o parcelamento do débito de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais e conseqüentemente recuperou o Regime especial desse Estado, deixando de recolher o ICMS sobre a comercialização do álcool hidratado antecipadamente, passando a recolher por apuração em conta gráfica. Em 2018 o parcelamento se mantém ativo e regular. Em 2020, em decorrência do evento COVID-19, os recolhimentos do parcelamento foram suspensos, por consequência o parcelamento foi interrompido pela SEFAZ-MG e os benefícios de descontos para essa modalidade foram perdidos. Em junho de 2021, houve adesão e consolidação de um novo parcelamento, com redução da dívida no montante de R\$ 6.891 e a previsão de fluxo de pagamentos para os próximos anos seguirá da seguinte forma:

Fluxo de pagamento para os próximos anos - ICMS - MG

Ano	R\$
2021_2º semestre	1.380
2022	2.480
2023	950
TOTAL	4.810

* Sem atualização

- (v) Em decorrência ao cenário da Pandemia da Covid-19 a Companhia se utilizou da medida da FFB que proporcionou o adiamento dos recolhimentos dos tributos nas competências entre fevereiro e junho de 2020, concedendo posteriormente a possibilidade de a dívida ser transformada em um parcelamento Simplificado/Ordinário, cujo valor foi dividido em 60 parcelas, constituídos da seguinte forma:

- IRRF/ CSRF de março a junho de 2020 - no montante de R\$ 595 mil;
- INSS - Patronal, Segurados e Terceiros de fevereiro a junho/2020 - no montante de R\$ 1.705 mil

Dessa forma o montante remanescente da dívida dos Impostos retidos 2020 é de R\$ 2.109 mil.

Fluxo de pagamento para os próximos anos - Retidos

Ano	R\$
2021_2º semestre	230
2022	460
2023	460
2024	460
2025	269
TOTAL	1.879

* Sem atualização

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

17. Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada

Informações da controlada

	Participação no capital Integrado	Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício 30/06/2021	Resultado do exercício 30/06/2020
Em 30 de junho de 2021					
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	3.048	32.261	(593)	(212)
			32.100	(590)	(211)

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. Em 30 de junho de 2021 a Companhia e sua controlada registraram uma provisão nas demonstrações contábeis, a qual conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos é conforme demonstramos a seguir:

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora								
	31/12/2019	Movimento			31/12/2020	Movimento			30/06/2021
	Saldo	Adições	Baixas	Reversões	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	
Tributário outros (i)	188	-	(72)	-	116	-	(116)	-	
Cíveis e ANP (ii)	1.838	23	(781)	-	1.080	94	(27)	1.147	
Trabalhistas (iii)	4.589	-	(1.000)	-	3.589	676	(971)	3.294	
	<u>6.615</u>	<u>23</u>	<u>(1.853)</u>	<u>-</u>	<u>4.785</u>	<u>770</u>	<u>(1.114)</u>	<u>4.442</u>	
	Consolidado								
	31/12/2019	Movimento			31/12/2020	Movimento			30/06/2021
	Saldo	Adições	Baixas	Reversões	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	
Tributário outros (i)	191	-	(72)	-	119	-	(116)	3	
Cíveis e ANP (ii)	1.838	23	(781)	-	1.080	94	(27)	1.147	
Trabalhistas (iii)	4.699	95	(1.000)	-	3.794	676	(971)	3.499	
	<u>6.728</u>	<u>118</u>	<u>(1.853)</u>	<u>-</u>	<u>4.992</u>	<u>770</u>	<u>(1.114)</u>	<u>4.649</u>	

- (i) Assuntos tributários: referem-se à processos em exigibilidade suspensa onde os assessores jurídicos periodicamente acompanham os status de cada processo;
- (ii) Assuntos cíveis e ANP: referem-se às provisões constituídas para demandas judiciais relativas às ações judiciais passivas de natureza cível, sobre processos de indenização por danos materiais e morais e autuações por parte da ANP - Agência Nacional de Petróleo;
- (iii) Assuntos trabalhistas: as principais naturezas em discussão referem-se a pedidos relacionados a comissões, adicional de periculosidade e respectivos reflexos, bem como horas extras e seus respectivos adicionais, devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, entre outras; pedidos de indenização por danos morais.

A Companhia e sua controlada são partes em outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista, que se encontra em instâncias diversas e foi classificada pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais, como de risco de perda possível ou remota, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quando a documentação específica existente.

A Administração da Companhia e sua controlada entendem não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por reservas suficiente em suas demonstrações contábeis. As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades tributárias, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os montantes de risco máximo dos processos considerados como perda possível, conforme anteriormente comentado, são:

- Tributárias (i): R\$ 13.172 (R\$ 14.079 em 31 de dezembro de 2020);
- Trabalhistas: R\$ 19.125 (R\$ 7.243 em 31 de dezembro de 2020); e
- Cíveis: R\$ 8.444 (R\$ 3.901 em 31 de dezembro de 2020).

Na opinião da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.

- (i) Em fevereiro de 2019 a Royal FIC tomou ciência via portal eletrônico E-CAC, a decisão do processo de nº 19515.721363/2011-71, no montante atualizado de R\$ 99.404 (noventa e nove milhões, quatrocentos e quatro Reais), que tange o aproveitamento de ágio, referente a incorporação ora controladora denominada Petrofic, onde realizou as deduções nas apurações dos tributos IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) dos anos de 2006, 2007 e 2008. O resultado desfavorável do trânsito em julgado na esfera administrativa, aponta a cobrança do montante em epígrafe. Dessa forma, a Companhia recorreu aos assessores jurídicos para análise do processo e conforme o “Dual Opinion” elaborado pelos assessores jurídicos, indicam que a possibilidade de perda é possível. A administração da Companhia, juntamente com os assessores jurídicos, estuda as estratégias adequadas a serem adotadas para ampliar o arrolamento da discussão do processo via judicial.

Em 30 de junho de 2021 o montante estimado permanece suspenso e não houve modificação em relação a 31 de dezembro de 2020 que é de R\$ 101.600.

Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Bloqueios e depósitos judiciais	4.299	4.996	4.650	5.347
Depósitos Judiciais - Icms GO Protege	6.844	6.844	6.844	6.844
	<u>11.142</u>	<u>11.840</u>	<u>11.494</u>	<u>12.191</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

19. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia que está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 5.739 mil (R\$137.324 mil em 30 de junho de 2020) dividido em 137.323.993 milhões de ações ordinárias nominativas e distribuídas da seguinte forma:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	(Ações)	(Ações)
E N Administração e Participações S.A.	137.322	137.322
Édio Nogueira	2	2
	<u>137.324</u>	<u>137.324</u>

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Conforme 33ª Alteração e Consolidação do Contrato Social datado de 1º de outubro de 2006, a Administração aprovou a incorporação do acervo líquido da Companhia Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda., onde nessa oportunidade foi apurado ágio (goodwill) e um consequente benefício fiscal na ocasião de R\$ 136.322 mil, que teve o montante integral capitalizado, sem atenção para o registrado como Reserva Especial de Ágio, a medida em que ocorrera sua realização.

Em 27 de outubro de 2020, foi registrada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP) protocolo nº 0.129.209/21-1, a deliberação por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a aprovação da redução do capital social da Companhia, considerado excessivo para o objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., de R\$ 137.322 milhões para R\$ 5.737 milhões, mediante a restituição de capital em bens aos acionista da Companhia, proporcionalmente às suas participações acionárias, mediante a cessão dos contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e Edio Nogueira, no montante de R\$ 1.115 milhões, EN Administração e Participações, no montante de R\$ 30.000 milhões e Agropecuária Rio da Areia, no montante de R\$ 100.470 milhões, totalizando a redução do capital social no montante de R\$ 131.585 milhões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social não prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

Descrição	2020
Lucro líquido	53.292
Constituição da Reserva legal	(1.148)
	52.144
(x) Percentual definido na 6404/76	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	13.036

A Companhia não declarou ou distribuiu dividendos com base nos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A destinação do lucro, conforme demonstrado, teve efeito relevante da constituição dos dividendos, devido ao "Termo Transacional Individual", junto a PGFN, conforme mencionado em Nota Explicativa nº 16. Adicionalmente, devido ao respectivo "Termo Transacional Individual" a Companhia vai submeter em Assembleia Geral a aprovação e constituição da Reserva Especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

20. Receita operacional líquida

A receita operacional é composta por vendas de produtos e serviços como segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional bruta				
Gasolina	1.143.252	646.807	1.143.252	646.807
Diesel	1.340.067	1.024.813	1.337.251	1.023.656
Etanol	71.238	42.256	71.238	42.256
Armazenagem	3.258	1.992	8.051	2.278
	2.557.815	1.715.869	2.559.791	1.714.998
Impostos sobre vendas	(14.412)	(6.445)	(16.007)	(7.618)
Devoluções	(4.780)	(4.918)	(4.780)	(4.918)
Receita operacional líquida	2.538.622	1.704.506	2.539.004	1.702.462

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

21. Resultado por natureza

Reconciliação de despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Gasolina	(1.108.409)	(623.803)	(1.108.409)	(623.803)
Diesel	(1.295.192)	(975.827)	(1.295.141)	(975.849)
Etanol	(54.578)	(33.147)	(54.578)	(33.147)
Despesas com fretes	(27.023)	(29.249)	(27.023)	(29.249)
Despesas com pessoal	(13.108)	(16.157)	(13.194)	(16.209)
Depreciação e amortização	(3.318)	(3.740)	(3.791)	(4.187)
Consultoria e assessoria	(306)	(486)	(306)	(486)
Serviços prestados	(683)	(803)	(683)	(803)
Despesas com aluguéis	(241)	(287)	(316)	(508)
Comissão sobre vendas	(1.128)	(759)	(1.128)	(759)
Despesas com vendas	(143)	(525)	(143)	(525)
Despesas com processos	(2.682)	(1.447)	(2.683)	(1.457)
Despesas com seguros	(435)	(564)	(435)	(564)
Licenciamento de software	(537)	(855)	(537)	(855)
Despesas administrativas	16.506	(2.748)	16.204	(125)
Outros	-	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.143)	-	(1.143)	-
	<u>(2.492.422)</u>	<u>(1.690.398)</u>	<u>(2.493.307)</u>	<u>(1.688.527)</u>
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos	(2.471.422)	(1.658.317)	(2.471.667)	(1.655.699)
Despesas com vendas	(2.414)	(1.284)	(2.414)	(1.284)
Despesas administrativas e gerais	(18.586)	(30.797)	(19.226)	(31.544)
	<u>(2.492.422)</u>	<u>(1.690.398)</u>	<u>(2.493.307)</u>	<u>(1.688.527)</u>

22. Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais, líquidas	-	-	-	-
Provisão para perdas com adiantamentos	(656)	-	(656)	-
Resultado na venda de imobilizados (ii)	6.182	68	6.182	68
Sinistros e roubos de cargas	2	2	2	2
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas (i)	6.054	82	5.977	53
	<u>11.583</u>	<u>152</u>	<u>11.506</u>	<u>123</u>

- (i) Em 2020, reflexo das renegociações dos parcelamentos de Minas Gerais, conforme Nota Explicativa nº 16; e
- (ii) Trata-se de alienação de ativo imobilizado, conforme mencionado Nota Explicativa nº 13.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de Reais)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras				
Juros sobre contas a receber	846	968	846	971
Rendimento sobre aplicações financeiras	11	16	11	16
Juros sobre contratos de usinas	-	-	-	-
Outras	183	1.471	183	1.471
	<u>1.040</u>	<u>2.455</u>	<u>1.040</u>	<u>2.458</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(4.777)	(10.083)	(4.777)	(10.084)
Juros provisionados e não pagos	(432)	(445)	(433)	(445)
Despesas com IOF	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(3.157)	(2.725)	(3.161)	(2.732)
	<u>(8.366)</u>	<u>(13.253)</u>	<u>(8.371)</u>	<u>(13.261)</u>
Variações monetárias				
Juros sobre REFIS	(882)	(1.929)	(887)	(1.931)
	<u>(882)</u>	<u>(1.929)</u>	<u>(887)</u>	<u>(1.931)</u>
	<u>(8.208)</u>	<u>(12.727)</u>	<u>(8.218)</u>	<u>(12.734)</u>

24. Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de aquisição de combustível com a Petrobrás cuja vigência contratual 1º de junho de 2021 a 30 de novembro de 2021 sobre o qual foram mantidas as condições contratuais que a Companhia já vinha mantendo com este fornecedor, o qual obriga - se a retirar mensalmente 90% do volume contratado, caso isso não ocorra ocasionará uma multa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por metro cúbico não retirado.

A Companhia possui contratos de aquisição de etanol junto a usinas para assegurar o fornecimento do produto pelo prazo de um ano.